

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 96ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/03/2025 – 9:00 horas

Membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) com direito a voto					
Vaga	Entidade	Representante	Função	Participação	Representação por procuração
01	SEMIL	André Luiz Sanchez Navarro	Titular	Presente	
		Caroline Túbero Bacchin	Suplente	Ausente	
02	<i>Aguardando Indicação</i>		Titular	-	
			Titular	-	
	Sec. da Fazenda e Planejamento	Flávio Makoto Hashimoto	Suplente	Ausente	
		Luis Henrique Martins Moreira	Suplente	Ausente	
03	Sec. de Desenvolvimento Urbano e Habitação	José Police Neto	Titular	Ausente	
		Eduardo Trani	Titular	Ausente	
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Ausente	
		José Ferreira Assis	Suplente	Ausente	
04	SP Águas	Felipe Gobet de Aguiar	Titular	Presente	
		Sarah Janaina Menuzzo Quental	Titular	Ausente	
	Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Suplente	Presente	
		Marco César Prado	Suplente	Presente	
05	Sec. de Agricultura e Abastecimento	Henrique Bellinaso	Titular	Ausente	
		Denis Herisson da Silva	Titular	Presente	
	Sec. de Desenvolvimento Econômico	Vera Lucia Hidalgo Secco	Suplente	Ausente	
		Isadora M. G. da S. Lucas dos Santos	Suplente	Ausente	
06	Instituto Mineiro de Agropecuária	Mariana Cristina Souza Santos	Titular	Ausente	
	Instituto Estadual de Florestas	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Ausente	
07	P.M. de São Pedro	Thiago Silvério da Silva	Titular	Presente	
		Carlos Eduardo de Souza Mendes	Titular	Presente	
	P.M. de Americana	Francisco Antonio Sardelli	Suplente	Ausente	
		Marcos Eduardo Morelli	Suplente	Presente	
08	P.M. de Campinas	Dario Jorge Giolo Saadi	Titular	Ausente	
		Manuelito Pereira Magalhães Junior	Titular	Ausente	
	P.M. de Limeira	Murilo Berbert Avigo Feliz	Suplente	Ausente	
		Antonietta Mugnani Polatto	Suplente	Ausente	
09	P.M. de Jundiaí	Gustavo Martinelli	Titular	Ausente	
		Martim de França Silveira Ribeiro	Titular	Presente	
	P.M. de Atibaia	Daniel Rocha Martini	Suplente	Ausente	
		<i>Aguardando Indicação</i>	Suplente	-	
10	P.M. de Holambra	Fernando Henrique Capato	Titular	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Titular	Presente	
	P.M. de Piracaia	André Henrique Rogério	Suplente	Ausente	
		Fernanda Conceição de Oliveira	Suplente	Presente	
11	P.M. de Saltinho	Hélio Franzol Bernardino	Titular	Ausente	
		João Francisco de Lima	Titular	Ausente	
	P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	Rafael Piovezan	Suplente	Ausente	
		Laerson Andia Júnior	Suplente	Presente	
12	P.M. de Camanducaia	Rodrigo Alves de Oliveira	Titular	Ausente	
		Giovanna Caldeira de Souza	Titular	Presente	
	P.M. de Sapucaí-Mirim	Geovane Rodolfo Pereira Diógenes	Suplente	Ausente	
		Clébia Fátima de Oliveira	Suplente	Ausente	
13	ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Titular	Presente	
		Hugo Marcos Piffer Leme	Suplente	Ausente	
14	SABESP	Dario Julio Silveira Peçanha	Titular	Presente	
	ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão	Suplente	Presente	
15	FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella	Titular	Justificado	
	UNICA	André Elia Neto	Suplente	Presente	
16	CIESP-DR Limeira	Jonas Vitti	Titular	Presente	
	CIESP-DR Bragança Paulista	<i>Aguardando indicação</i>	Suplente	-	
17	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Titular	Presente	
	AFOCAPI	José Rodolfo Penatti	Suplente	Presente	

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 96ª Reunião Ordinária da CT-PL

#### Reunião por videoconferência – 07/03/2025 – 9:00 horas

18	FIEMG	Mylena Nascimento R. de Oliveira	Titular	Ausente
	SINMEC	Raquel da Silva	Suplente	Ausente
19	IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Titular	Presente
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Suplente	Presente
20	AEAS	Paulo Takeyama	Titular	Presente
	INEVAT	Francisco Antonio Moschini	Suplente	Presente
21	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Titular	Presente
	Rotary International-D4621	Rosani Franco de Faria Novaes	Suplente	Presente
22	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente
	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto	Suplente	Ausente
23	Rotary International-D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Titular	Presente
	AEAN	Edmo José Stahl Cardoso	Suplente	Presente
24	Circuito Serras Verdes	José Augusto Coronado Sena	Titular	Ausente
	CRBio-4ª Região	Maurício Djalles Costa	Suplente	Presente

Membros sem direito a voto				
Representação	Entidade	Representante	Função	Participação
CT-AS	SABESP	Mariza Fernanda da Silva	Coordenadora	Ausente
	SP Águas	Deborah do Valle Nuvens Lunardi	Coordenadora-adjunta	Ausente
CT-EA	ASSEMAE	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira	Coordenadora	Presente
	APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio	Coordenadora-adjunta	Presente
	INEVAT	Francisco Antônio Moschini	Convidado	Presente
CT-ID	USP	Tadeu Fabrício Malheiros	Coordenador	Ausente
	AAP	Duarcides Ferreira Mariosa	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-Indústria	CIESP-DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Presente
	CIESP-DR Campinas	Vlami Mitsuo Kanashiro	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-MH	FIESP	Alexandre Luís Almeida Vilella	Coordenador	Justificado
	ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Coordenador-adjunto	Presente
	ASSEMAE	Luís Filipe Rodrigues	2º Coordenador-adjunto	Presente
CT-OL	SP Águas	Cecília de Barros Aranha	Coordenadora	Ausente
	SP Águas	Ariana Rosa Bueno Damiano	Coordenadora-adjunta	Ausente
CT-PB	ASSEMAE	Gustavo Arthur Michelin Prado	Coordenador	Presente
	IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-RN	AAP	João José A. de Abreu Demarchi	Coordenador	Presente
	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Coordenador-adjunto	Presente
CT-Rural	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Coordenador	Presente
	SAA	Melissa Pin Lucheti Sampaio	Coordenador-adjunto	Presente
CT-SA	P.M. de Louveira	Mateus Bento Batista Arantes	Coordenador	Ausente
	IPSA-C	Patrícia Regina Ferreira Calegari	Coordenadora-adjunta	Ausente
CT-SAM	ABES-SP	Roseane M. Garcia Lopes de Souza	Coordenadora	Presente
	FT/UNICAMP	Cassiana M. Reganhan Coneglian	Coordenadora-adjunta	Presente

Demais presentes	
Entidade	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Charles Oliveira
	Daniel Ramos
	Daphenes Vargas
	Débora Lavoura
	Diego Soares
	Diogo Pedrozo
	Eduardo Léo
	Gabriel Sobreira
	Ivens de Oliveira
	Jairo Campos
	Kaique Barreto

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 96ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/03/2025 – 9:00 horas

Fundação Agência das Bacias PCJ	Kátia Cezarino
	Kátia Gotardi
	Laice Correia
	Livia Modolo
	Luclécia Soares
	Luiz Colassio
	Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi
	Priscila Ávila
	Raquel Quirino
	Rebeca Silva
	Sérgio Razera
	Tainá Moura
	Thamiris Cardoso
	Tiago Georgette
	Tony Segatto
Vanessa Cristina Bortolazzo Longato	
ASSEMAE	Marco Antônio dos Santos
CETESB	Vinicius Marques da Silva
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico
P.M de Saltinho	Aline Maria Leite de Moraes
CETESB	Vinicius Marques da Silva
SABESP	Aurildo Xavier dos Santos
P.M. de Piracicaba	Tiago de Mattos Seydell
NG Metalúrgica	Ariella Montebello
ANA	Osman Fernandes da Silva

**1. Abertura e pauta.** A convocação da 96ª Reunião Ordinária da Câmara de Planejamento (CT-PL) foi enviada aos membros por meio de mensagem eletrônica em 28/02/2025. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum para o início da reunião. Em seguida passou a palavra ao Sr. Marco Antônio dos Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Presidente em exercício do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, que desejou uma excelente e profícua reunião a todos. Na sequência, o Sr. Denis solicitou a exibição da pauta, questionando aos membros se havia alguma consideração sobre seu conteúdo. Não havendo manifestações, a pauta foi considerada aprovada por unanimidade, dando-se início aos trabalhos. **2. Aprovação da ata da 14ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e da CT-PB, ocorrida em 01/11/2024, em Piracicaba/SP.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos membros sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da 14ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e da CT-PB, realizada em 01/11/2024, em Piracicaba/SP. A leitura foi dispensada, por unanimidade, e o Sr. Denis abriu a manifestação sobre o conteúdo. Não havendo, o conteúdo da minuta foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. **3. Aprovação da ata**

**da 95ª Reunião Ordinária da CT-PL, ocorrida em 04/11/2024, por videoconferência.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos membros sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da 95ª Reunião Ordinária da CT-PL, ocorrida em 04/11/2024, por videoconferência. A leitura foi dispensada, por unanimidade, e o Sr. Denis abriu a manifestação sobre o conteúdo. Não havendo, o conteúdo da minuta foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. **4. Cancelamento de indicação de empreendimentos para financiamento com recursos do FEHIDRO.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, realizou uma breve contextualização sobre o tema, informando que a minuta de deliberação em discussão cancela a indicação de empreendimentos, financiados com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), referentes ao exercício de 2022, 2023 e 2024. Em seguida, o Sr. Denis cedeu a palavra ao Sr. Diogo Pedrozo, Coordenador de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que fez uma breve apresentação sobre o tema. Ele explicou que a deliberação para o cancelamento de empreendimentos já é uma prática comum, integrando o processo de prestação de contas dos recursos destinados a esses projetos. Parte dos recursos dos empreendimentos cancelados é realocada para a indicação de novos empreendimentos. Os projetos cancelados referem-se aos anos de 2022, 2021 e 2023,

## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 96ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/03/2025 – 9:00 horas

totalizando 6, 15 e 1 empreendimentos, respectivamente. No total, são 21 empreendimentos, somando R\$ 10,8 milhões provenientes da Cobrança PCJ Paulista, além de R\$ 392 mil alocados em um empreendimento por meio da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH). No desenvolvimento desses empreendimentos, os prazos foram ajustados para permitir seu avanço, o que explica a existência de projetos de 2021. No entanto, algumas circunstâncias levaram ao cancelamento de determinados empreendimentos. O Sr. Diogo esclareceu que a aprovação de um empreendimento segue diversas etapas, considerando as especificidades do edital. O processo inclui indicação, análise técnica pela Fundação Agência das Bacias PCJ, aprovação pelos Comitês PCJ, análise do agente técnico do FEHIDRO, e avaliação pelo agente financeiro do FEHIDRO, seguida da fase de licitação. Em relação aos empreendimentos cancelados, o Sr. Diogo destacou três situações distintas. Na primeira situação, o cancelamento ocorreu devido à reprovação do agente técnico do FEHIDRO na liberação da primeira parcela, por diversos fatores. Os tomadores recorreram da decisão, mas, com a negativa do recurso, o cancelamento do empreendimento tornou-se automático. No segundo caso, durante a etapa de licitação, os tomadores não atenderam às complementações ou questionamentos do agente técnico do FEHIDRO, ou não apresentaram a documentação exigida. Embora não tenha havido recurso, a não conformidade com as solicitações resultou no cancelamento dos empreendimentos. O Sr. Diogo enfatizou que, em ambos os casos, os contratos já estavam assinados e os empreendimentos encontravam-se em processo de licitação. Na terceira situação, o cancelamento ocorreu ainda na fase de contratação, anterior à licitação. Os tomadores não conseguiram atender às exigências do agente financeiro do FEHIDRO, como a apresentação de documentos que comprovassem sua saúde financeira e capacidade de arcar com a contrapartida. O Sr. Denis agradeceu os esclarecimentos do Sr. Diogo e abriu a palavra para manifestações dos membros presentes. O Sr. Francisco Antonio Moschini, representante do INEVAT, destacou a quantidade de número de empreendimentos cancelados e questionou se essa situação estaria relacionada à frequente mudança de funcionários nas prefeituras, principais tomadores, ou à necessidade de uma orientação mais constante por parte da Coordenação de Projetos. Em resposta, o Sr. Diogo esclareceu que houve dificuldades nos departamentos municipais e reforçou que a Coordenação de Projetos está sempre disponível para prestar os esclarecimentos necessários. Informou, ainda, que foram realizadas reuniões conjuntas entre os agentes técnicos, a Coordenação de Projetos e os tomadores, com o objetivo de direcionar a resolução de eventuais problemas ao longo do processo e mitigar as dificuldades identificadas. Além disso, ressaltou que a mudança no quadro de colaboradores nos municípios ocorre, em grande parte, devido à alternância de gestão. O Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio PCJ, informou que outros comitês de bacias já registraram um número

significativo de cancelamentos, chegando próximos a 500. Destacou que as prefeituras enfrentam dificuldades para atender às exigências dos agentes técnicos, especialmente no que se refere à reunião da documentação necessária. Ressaltou, ainda, a importância da capacitação dos tomadores e informou que o Consórcio PCJ recentemente contratou consultores para auxiliar os municípios consorciados nesses processos. Na sequência, o Sr. Denis concedeu a palavra ao Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que apontou como principal causa dos cancelamentos a mudança na lei de licitações. Explicou que houve divergências quanto às modalidades de licitação adotadas pelos tomadores, o que gerou inconsistências identificadas nas avaliações dos agentes técnicos. Em seguida, o Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da AAMHOR, reforçou as dificuldades decorrentes da nova legislação e destacou a incompatibilidade entre os prazos estabelecidos para as licitações e aqueles definidos no Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO. Além disso, chamou a atenção para a carência de capacitação específica voltada à prestação de contas ao final dos projetos. Na continuidade, o Sr. Denis concedeu a palavra ao Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da SEMIL, que acrescentou que, além das mudanças na legislação e da necessidade de capacitação, é fundamental que as prefeituras – principais tomadores dos recursos – se organizem e assumam a responsabilidade pelos processos licitatórios. Ressaltou, ainda, as dificuldades na obtenção de recursos a fundo perdido e propôs que, futuramente, os critérios de avaliação considerem se o tomador possui estrutura adequada para conduzir licitações compatíveis com o valor e porte dos projetos solicitados. Por fim, a Sra. Patrícia Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, endossou as colocações anteriores e reforçou a importância da capacitação dos tomadores para a nova legislação de licitações. Destacou que, após a assinatura do contrato e a reunião da documentação necessária para dar início à licitação, é recomendável que o tomador submeta a documentação ao agente técnico previamente, a fim de evitar divergências quanto às modalidades licitatórias. O Sr. Denis ressaltou a disponibilidade do curso sobre a Lei nº 14.133/2021, que trata das normas gerais de licitação, no portal da Escola Virtual do Governo. Em seguida, concedeu a palavra ao Sr. Diogo, que destacou as dificuldades enfrentadas pelos tomadores em relação aos prazos estabelecidos, bem como o impacto significativo das divergências nas modalidades de licitação adotadas. No que se refere às capacitações, informou que a Coordenação de Projetos tem como principal objetivo atender às demandas dos tomadores, prestando esclarecimentos e sanando dúvidas. Além disso, ressaltou que a Fundação Agência das Bacias PCJ continua promovendo oficinas de capacitação, além dos treinamentos oferecidos pelo Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SigRH), abertos a todo o público. Na sequência, a Sra. Patrícia Barufaldi destacou que os recursos provenientes CFURH,

## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 96ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/03/2025 – 9:00 horas

destinados a projetos cancelados, retornam à Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi). Diante disso, o Sr. Diogo explicou que a Coordenação de Projetos busca direcionar esses recursos específicos para empreendimentos que apresentem baixa probabilidade de cancelamento, com base no histórico dos tomadores e nos tipos de projetos financiados. Não havendo mais manifestações, o Sr. Denis submeteu à votação a minuta de Deliberação que cancela a indicação de empreendimentos para financiamento com recursos do FEHIDRO, a qual foi aprovada por unanimidade para encaminhamento aos Plenários dos Comitês PCJ. **5. Plano de aplicação de recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo (Cobrança PCJ Paulista), na área das Bacias PCJ – exercício 2025.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, realizou uma breve contextualização sobre o tema, informando que o presente item de pauta trata do plano de aplicação de recursos da Cobrança PCJ Paulista na área das Bacias PCJ – exercício 2025. Em seguida, solicitou o apoio do Sr. Tony Segatto, Coordenador Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, que deu início à apresentação, fazendo uma contextualização inicial. O Sr. Tony explicou que sua apresentação abrangeria os Anexos 1 e 2 da deliberação em questão. Destacou que o Anexo 1 resume todos os itens do Plano de Aplicação Anual da Cobrança. O primeiro item trata da receita estimada com a arrecadação da cobrança estadual paulista, informada na Lei Orçamentária Anual do Estado de São Paulo, que, neste caso, foi de R\$ 21,6 milhões. Já o item 2 aborda o ajuste da receita referente ao ano anterior (2024), tanto no que se refere à arrecadação quanto aos 10% destinados à manutenção da Fundação Agência das Bacias PCJ. A previsão de arrecadação era de R\$ 22,013 milhões, enquanto o valor efetivamente arrecadado foi de R\$ 22.850.094,43. O Sr. Tony ressaltou que houve restituções a alguns usuários devido a possíveis erros ou inconsistências, realizadas por meio do Desenvolve-SP, que gerencia os valores da Cobrança PCJ Paulista. O montante total dessas restituções foi de R\$ 38.184,83. Seguindo o mesmo padrão, o item seguinte apresenta os valores esperados e arrecadados para o custeio das atividades da Fundação Agência das Bacias PCJ, que foram de R\$ 2,2 milhões e R\$ 1.954.124,56, respectivamente. Explicou ainda que essa diferença se deve ao fato de que o Desenvolve-SP considera apenas os valores efetivamente creditados nas contas bancárias em 2024. O item 3 traz os valores gastos para o custeio da Fundação Agência das Bacias PCJ, cujo detalhamento completo está no Anexo 2. Já o item 4 apresenta uma comparação entre o exercício anterior (2024) e as previsões para o ano atual. No item 4.1, consta a previsão dos rendimentos do Fundo FEHIDRO, administrado pela Coordenadoria Estadual de Recursos Hídricos e pelo Desenvolve-SP, com acompanhamento da Fundação Agência das Bacias PCJ por meio de relatórios

240 divulgados. A estimativa inicial era de R\$ 10 milhões, mas o total efetivamente rendido foi de R\$ 10,676 milhões. Para 2025, a previsão manteve-se em R\$ 10 milhões, seguindo o padrão dos anos anteriores. Os itens seguintes tratam das taxas de administração e liberação. A taxa de administração do Agente Financeiro foi estimada em R\$ 2.080.676,52, com um desembolso efetivo de R\$ 2.001.032,08, resultando em uma diferença positiva de R\$ 79 mil. Para 2025, a previsão é de R\$ 2,434 milhões, aproximadamente 2% do Fundo do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). No que se refere à taxa de liberação do agente financeiro, a estimativa foi de R\$ 125 mil, enquanto o valor desembolsado foi de R\$ 88 mil gerando um ajuste positivo de R\$ 36 mil. Para 2025, a projeção é de R\$ 107 mil. Já para a taxa de liberação do Agente Técnico, foi estimado um valor de R\$ 440 mil, com desembolso efetivo de R\$ 242 mil e um ajuste positivo de R\$ 197 mil. A previsão para 2025 é de R\$ 340 mil. O Sr. Tony esclareceu que o item 4.5 não é mais utilizado na nova metodologia, sendo incorporado ao item 4.4. O item 5 apresenta a tabulação dos dados dos itens 2 e 4. A partir das fórmulas da planilha do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SigRH), chega-se à disponibilidade para investimento, estimada em aproximadamente R\$ 80 milhões. Já o Anexo 2 apresenta o detalhamento dos 10% do valor total arrecadado com a Cobrança PCJ Paulista, destinados à manutenção das atividades da Fundação Agência das Bacias PCJ. O primeiro item refere-se aos custos operacionais da cobrança, contratados junto ao Banco do Brasil, incluindo a emissão de boletos e outras tarifas bancárias. Em seguida, são descritas as atividades da Secretaria Executiva, divididas em três categorias principais: materiais de consumo, como gêneros alimentícios, combustíveis, materiais de escritório e informática, entre outros; serviços de terceiros, abrangendo contratos de assessoria contábil e jurídica; e despesas de custeio, que incluem serviços de utilidade pública, passagens, hospedagem, entre outros. A maior parte dos recursos destina-se ao pagamento parcial da folha de funcionários, totalizando R\$ 1,680 milhões. O Sr. Tony destacou que parte dos funcionários é custeada com valores provenientes da Cobrança Federal. Somando todos os itens, o valor atinge R\$ 2,160 milhões, correspondente aos 10% do total arrecadado com a Cobrança PCJ Paulista. Na sequência, o Sr. Tony passou a palavra ao Sr. Diogo Pedrozo, Coordenador de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, para a apresentação do Anexo 3. O Sr. Diogo explicou que a elaboração do Plano de Aplicação dos Recursos segue o modelo indicado pelo FEHIDRO. O Anexo 3 apresenta um controle interno realizado pela Fundação Agência das Bacias PCJ, que monitora as informações dos empreendimentos no Sistema de Informação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (SinFEHIDRO). Ele destacou que os dados apresentados mostram os valores disponíveis que compõem o total a ser investido, conforme descrito no Anexo 1 desta deliberação. A primeira parte do anexo lista os empreendimentos em

## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 96ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/03/2025 – 9:00 horas

análise e ainda não iniciados, mas com contrato assinado.  
300 Nessa categoria, o valor disponível para investimento corresponde à diferença entre o valor pleiteado, solicitado pelo tomador, e o valor aprovado, definido pelo agente técnico. Na tabela seguinte, são apresentados os empreendimentos concluídos. Nesse caso, o valor  
305 disponível para investimento é calculado pela diferença entre o valor aprovado pelo agente técnico e o valor efetivamente desembolsado. A última tabela apresenta os empreendimentos cancelados. Nessa situação, o total disponível para investimento corresponde ao valor  
310 aprovado e, em um caso específico, ao valor pleiteado, já que o contrato não chegou a ser assinado. Assim, o montante total disponível para investimentos foi de aproximadamente R\$ 14 milhões, incluído nos R\$ 80 milhões apresentados no Anexo 1 pelo Sr. Tony. O Sr.  
315 Denis agradeceu aos senhores Tony e Diogo pelos esclarecimentos e apresentações, passando a palavra aos membros presentes. O Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da AAMHOR, questionou a significativa diferença, na tabela de empreendimentos concluídos,  
320 entre os valores aprovados e os valores efetivamente desembolsados. Ele indagou se essa discrepância poderia estar relacionada às variações nos valores contratados durante o processo licitatório. Em resposta, o Sr. Diogo explicou que essa diferença pode ocorrer por diversos  
325 motivos, além da possível redução do valor aprovado na licitação. Entre as razões, citou a possibilidade de o FEHIDRO ter considerado um empreendimento como parcialmente concluído ou de o projeto ter demandado menos materiais ou serviços ao longo de sua execução.  
330 Não havendo mais manifestações, a minuta de Deliberação, que aprova o Plano de Aplicação de Recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo (Cobrança PCJ Paulista), na área das Bacias PCJ – exercício 2025, foi  
335 submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade para encaminhamento aos Plenários dos Comitês PCJ. **6. Indicação de empreendimentos de demanda priorizada para financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista – exercício 2025.** O Sr. Denis  
340 Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, solicitou o apoio do Sr. Diogo Pedrozo, Coordenador de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, para  
345 realizar a apresentação a fim de subsidiar o entendimento sobre o assunto. O Sr. Diogo explicou que, com os recursos disponíveis, os empreendimentos agora podem ser indicados, conforme os procedimentos estabelecidos na Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23, reconhecendo  
350 a importância dos empreendimentos cancelados, os Comitês concederam a oportunidade para que seus tomadores apresentassem novamente os projetos. Destacou ainda que esses empreendimentos já atenderam às exigências técnicas e financeiras, sendo que os  
355 impedimentos ocorreram por questões documentais. Assim, a Fundação Agência das Bacias PCJ realiza uma análise detalhada da planilha orçamentária, do

cronograma físico-financeiro, do termo de referência e de outros documentos. Há, também, uma conferência entre  
360 os dados apresentados pelo tomador à Coordenação de Projetos e aqueles cadastrados no Sistema de Informação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (SinFEHIDRO), garantindo que sejam correspondentes. Até o momento, três empreendimentos estão sendo indicados dentro do  
365 edital estabelecido pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23, que opera em fluxo contínuo. Além disso, nove propostas de reindicação foram apresentadas. O Sr. Diogo enfatizou que, nesse processo, não é permitida qualquer alteração no projeto inicial, exceto a atualização dos  
370 preços com base na referência vigente. A diferença de valores entre a primeira indicação e a re-indicação é incorporada como contrapartida do tomador. A Coordenação de Projetos está atualmente analisando 12 empreendimentos no sistema SinFEHIDRO, dos quais  
375 parte já possui documentação aprovada, enquanto outra parte segue em ajustes junto aos tomadores, buscando otimizar os prazos para garantir o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, e que, até a próxima reunião plenária dos Comitês PCJ, os empreendimentos que não  
380 estiverem com a documentação regularizada serão retirados da lista de indicações. Ressaltou, no entanto, que, com base em experiências anteriores, quase todos os tomadores costumam se adequar dentro do prazo. Em seguida, o Sr. Diogo apresentou um panorama geral do  
385 fluxo contínuo de indicação de empreendimentos: foram quatro novos inscritos e nove reindicados, totalizando 13 empreendimentos. Está prevista a indicação de 12 empreendimentos na próxima reunião plenária dos Comitês PCJ, sendo que um ainda está em fase de análise.  
390 Assim, até o momento, não há empreendimentos enquadrados no orçamento de 2025. Posteriormente, o Sr. Diogo apresentou o calendário de indicações e explicou como se dá o processo, sendo a data limite para indicação de empreendimentos, 31 de agosto. O Sr. Diogo  
395 esclareceu ainda que o processo de inscrição, análise e eventual complementação de um empreendimento pode levar até 110 dias. O fluxo contínuo permite maior agilidade, mas deve estar alinhado ao cronograma das reuniões plenárias, devido à obrigatoriedade das  
400 deliberações. Por fim, o Sr. Diogo apresentou os Planos de Duração Continuada (PDC), que contemplam os tipos de empreendimentos passíveis de financiamento: planejamento e gestão dos recursos hídricos, esgotamento sanitário e controle de perdas. Na sequência, o Sr. Denis  
405 agradeceu a apresentação e os esclarecimentos prestados pelo Sr. Diogo e abriu a palavra aos membros. O Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da AAMHOR, sugeriu que fosse realizado um contato com as equipes técnicas dos municípios, especialmente após as recentes  
410 eleições municipais, que resultaram na substituição de diversos colaboradores. O objetivo desse contato seria identificar e se aproximar dos novos profissionais que estarão envolvidos nos processos de captação de recursos junto aos Comitês PCJ, bem como avaliar seu nível de  
415 conhecimento sobre esses procedimentos. O Sr. Diogo informou que a Coordenação de Projetos já está

## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 96ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/03/2025 – 9:00 horas

realizando visitas técnicas a diversos municípios, com o intuito de esclarecer dúvidas. Acrescentou ainda que está prevista a realização de uma oficina de capacitação nos próximos meses. Mencionou também que alguns municípios têm procurado diretamente a Fundação Agência das Bacias PCJ para sanar dúvidas e obter orientações sobre o processo de indicação e captação de recursos para a implementação dos empreendimentos. O Sr. Diogo reiterou que têm sido feitos esforços significativos para evitar o cancelamento dos empreendimentos. No entanto, ressaltou que os obstáculos de natureza não técnica fogem à alçada da Fundação Agência das Bacias PCJ e, conseqüentemente, da Coordenação de Projetos. Em seguida, o Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da SEMIL, solicitou a palavra, e esclareceu que as regras e diretrizes do Manual de Procedimentos Operacionais de Investimento são propostas pelo Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO). Assim, sugeriu que os temas relacionados à rotatividade das equipes municipais e às dificuldades nos processos licitatórios sejam levados ao Conselho para debate. O Sr. André também propôs que se avalie, junto ao COFEHIDRO, a possibilidade de contratação de consultorias especializadas para acompanhamento dos processos licitatórios e administrativos. Além disso, sugeriu que se discuta a viabilidade de incluir mais de um PDC em um único contrato, o que permitiria maior flexibilidade para empreendimentos vinculados a temas como Educação Ambiental e proteção de mananciais, incluindo pagamento por serviços ambientais, ações de mobilização e sensibilização da população, entre outros. Ressaltou ainda que essas dificuldades não são exclusivas dos Comitês PCJ, e destacou que, embora relevantes, as capacitações online apresentam menor efetividade quando comparadas ao aprendizado prático dos processos. Assim, sugeriu que os Comitês PCJ e/ou a Fundação Agência das Bacias PCJ encaminhem proposta ao COFEHIDRO, visando fomentar a discussão sobre esses temas e buscar soluções para os entraves identificados. Não havendo outras manifestações, foi submetida à votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ, que indica os empreendimentos de demanda priorizada para financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista – exercício 2025. A proposta foi aprovada por unanimidade e será encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ.

**7. Indicação de empreendimento de demanda induzida para financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista - exercício 2025.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, iniciou sua explanação destacando que o presente item de pauta trata da indicação de empreendimentos de demanda induzida para financiamento com recursos oriundos da Cobrança PCJ Paulista, para o exercício de 2025. O Sr. Denis solicitou ao Sr. Eduardo Léo, Coordenador de Sistemas de Informações da Fundação Agência das Bacias PCJ, uma breve apresentação sobre o projeto em pauta. O Sr.

Eduardo explicou que se trata de uma proposta de aquisição de equipamentos para a rede de monitoramento da qualidade e quantidade da água, tema que vem sendo discutido há mais de cinco anos no âmbito da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH). Informou que essa rede possui uma estrutura colaborativa, com papéis centrais desempenhados pela Agência de Águas do Estado de São Paulo – SP Águas e pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB. As discussões ocorrem tanto na CT-MH quanto no seu Grupo de Trabalho de Qualidade, no contexto de uma cooperação institucional entre a Fundação Agência das Bacias PCJ, SP Águas e CETESB, com o objetivo de integrar os dados de monitoramento e apoiar as rotinas da CT-MH e da Sala de Situação PCJ com informações qualificadas sobre a qualidade da água. Atualmente, a rede conta com quatro estações de monitoramento da qualidade da água, mas apresenta limitações de integração. O projeto visa expandir a rede para oito pontos de monitoramento, combinando dados de qualidade e quantidade. As discussões ganharam novo impulso após o episódio de mortandade de peixes no Rio Piracicaba, ocorrido em julho de 2024. A ampliação e distribuição estratégica desses pontos de monitoramento oferecerão subsídios importantes para a gestão dos recursos hídricos a médio e longo prazo. O Sr. Eduardo destacou que, em alinhamento com a CETESB, concluiu-se que a aquisição das novas estações seria mais viável com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Ressaltou que estações anteriores já haviam sido adquiridas com recursos da Cobrança Federal. De forma sucinta, explicou que o projeto em questão contempla a aquisição, estruturação, instalação e operação de estações de monitoramento da qualidade da água nas Bacias PCJ. Serão instaladas sondas multiparamétricas em quatro novos pontos e serão complementadas outras duas estações com sensores de monitoramento de precipitação. O contrato também prevê o fornecimento de peças e sensores de reposição por um período de quatro anos. Esse projeto se insere no Programa de Duração Continuada referente à manutenção e aprimoramento do Sistema de Suporte a Decisões das Bacias PCJ (SSD-PCJ), previsto no Plano de Bacias. O valor estimado para a ação é de R\$ 5.170.108,04. Foi firmado um acordo operacional no qual a CETESB atuará como tomadora dos recursos, sendo responsável pela aquisição dos equipamentos e pela condução técnica e administrativa da contratação. O objeto da contratação inclui ainda acessórios e componentes, como sensores, para os oito pontos de monitoramento. Também estão previstos equipamentos complementares para a operação das sondas, como braços mecânicos e uma pequena balsa. Na sequência, o Sr. Eduardo apresentou os locais definidos para a instalação das quatro novas sondas: Rio Piracicaba, na altura do bairro Monte Alegre em Piracicaba, à montante do Ribeirão Piracicamirim; Rio Atibaia, na altura do polo industrial (empresa Orion) no município de Paulínia/SP; Rio Jaguari em Limeira, junto à captação municipal de Limeira; Rio Piracicaba em Santa Bárbara d'Oeste, junto

## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 96ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/03/2025 – 9:00 horas

535 ao Parque Aimaratá. O Sr. Eduardo reiterou que todos os locais definidos são compatíveis com a integração à rede de monitoramento existente. Por fim, apresentou os postos já em operação e destacou que o trecho do Rio Piracicaba passará a ser um dos mais monitorados do país em termos de qualidade e quantidade da água, com alto grau de correlação entre os dados de precipitação, vazão e qualidade, consolidando uma rede robusta de monitoramento quali-quantitativo nas Bacias PCJ. O Sr. Eduardo reiterou a relevância da rede de monitoramento para a tomada de decisões, citando como exemplo o episódio de mortandade de peixes no Rio Piracicaba, entre outras ocorrências pontuais. Ressaltou que a CETESB disponibiliza todos os dados no Sistema Integrado de Monitoramento da Qualidade das Águas – SIMQUA, o qual possui uma base densa e consistente de informações. O Sr. Denis agradeceu a apresentação e os esclarecimentos do Sr. Eduardo, e abriu a palavra aos membros para questionamentos e manifestações. O Sr. Paulo Takeyama, representante da Associação dos Engenheiros e Agrônomos de Salto, parabenizou a equipe pelo projeto e questionou os critérios utilizados na escolha dos quatro novos pontos de monitoramento. O Sr. Eduardo explicou que a definição dos locais foi amplamente discutida no âmbito do GT-Qualidade (vinculado à CT-MH), considerando critérios como identificação de pontos críticos, locais com maior carga poluidora, e outros fatores relevantes. Foi elaborada uma escala de prioridade que resultou na hierarquização dos pontos mais estratégicos para o monitoramento automático da qualidade da água. Na primeira etapa de implantação da rede, priorizaram-se pontos à montante do Rio Piracicaba, nas regiões dos rios Atibaia e Jaguari, principalmente devido à presença do Sistema Cantareira e ao grande número de captações. Para os novos pontos, optou-se por áreas mais à jusante, que apresentam maior impacto das atividades nas Bacias PCJ, possibilitando uma visão mais abrangente das bacias do Atibaia e do Jaguari. Destacou como exemplo o ponto no Parque Aimaratá, escolhido por sua proximidade com a formação do Rio Piracicaba, em uma região com elevada concentração de captações e aporte de poluentes. No total, foram considerados 11 pontos, posteriormente hierarquizados com o apoio técnico da CETESB, considerando a prioridade, sensibilidade ambiental, possibilidade de integração com a rede de monitoramento de quantidade e aspectos de segurança (como acesso restrito e vigilância nos locais). Na sequência, o Sr. Paulo Takeyama ressaltou a importância de se conhecer o comportamento do rio em toda a sua extensão, sugerindo a instalação de um ponto de monitoramento na confluência dos rios Piracicaba e Tietê, em consonância com discussões ocorridas no âmbito do Fórum de Integração das Ações de Recuperação do Rio Tietê (FIAR-Tietê). O Sr. Eduardo respondeu que já existe um ponto representativo do trecho à jusante do Rio Piracicaba, denominado EF06, localizado no bairro Artemis. Esse ponto permite avaliar as condições do rio antes de sua confluência com o Rio Tietê. Ressaltou que

o ponto não se encontra exatamente na foz, em função da influência exercida pelo braço do reservatório de Barra Bonita, que já altera as características do corpo hídrico. O ponto EF06 está posicionado após a foz do Rio Corumbataí e das principais áreas de uso e fontes poluidoras, além de estar próximo à divisa com a Bacia Hidrográfica do Sorocaba/Médio Tietê, região com características lênticas mais semelhantes ao reservatório. Por isso, trata-se de um ponto estratégico para avaliar o aporte do Rio Piracicaba no Rio Tietê. O Sr. Eduardo Léo reconheceu a importância das discussões sobre o monitoramento do Rio Tietê e destacou que o tema também vem sendo tratado no Grupo de Bacias Hidrográficas da Vertente do Rio Tietê. Ressaltou ainda que projetos recentemente submetidos ao Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO) trataram de questões pertinentes a esse contexto. O Sr. Vinicius Marques da Silva, representante da CETESB, solicitou a palavra e informou a existência de um ponto de monitoramento no Rio Tietê, no município de Laranjal Paulista/SP, à montante do reservatório de Barra Bonita, com características análogas à estação de Artemis. Explicou que há limitações técnicas para instalar estações muito próximas à foz dos rios, devido a fenômenos como o remanso e à dificuldade de determinar qual corpo hídrico é responsável por alterações nos parâmetros de qualidade. Nesse sentido, o projeto contribui para entender o grau de influência de cada curso d'água na qualidade da água nas Bacias PCJ. O Sr. Miguel Milinski, representante da AAMHOR relatou que, quando integrava o GT-Qualidade, participou de discussões sobre a instalação de uma sonda no Rio Corumbataí. Informou que já houve uma sonda instalada na região, mas que se perdeu por falta de manutenção. Sugeriu que outras bacias também sejam contempladas em futuras ampliações da rede. O Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio PCJ, parabenizou a equipe pelo projeto e destacou que o Plano de Bacias 2020–2035 foi elaborado com base em dados validados até 2017, os quais também subsidiaram a renovação da outorga do Sistema Cantareira. No entanto, esses dados estão atualmente defasados. Mencionou que, em breve, será iniciado o processo de revisão do Plano de Bacias e da nova renovação da outorga do Sistema Cantareira, prevista para 2027. Destacou a necessidade de validação dos dados disponíveis, informando que o Consórcio PCJ estuda contratar consultoria para atualização de dados hidrológicos complementares, visando apoiar essas discussões futuras. Enfatizou que esse processo deve envolver também o SP Águas e a CETESB, facilitando o acesso aos dados e garantindo uma renovação da outorga de forma cooperativa, como ocorreu em 2004 e 2017. O Sr. Denis agradeceu as manifestações e sugeriu ainda que o site do Consórcio PCJ passe a disponibilizar, junto aos dados de vazão, o acesso ao SIMQUA, mencionado anteriormente. Na sequência, o Sr. Flávio Forti Stenico, também representante do Consórcio PCJ, destacou a importância da atualização dos dados para apoiar decisões futuras. Exemplificou com o caso das barragens de

## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 96ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/03/2025 – 9:00 horas

Pedreira, Duas Pontes e Ribeirão Pirai, cuja implantação resultará em incremento de vazão da ordem de 9 a 10 m<sup>3</sup>/s.

655 Observou que, segundo as projeções do Plano de Bacias, a relação entre disponibilidade hídrica e demanda estará muito próxima, o que reforça a necessidade de dados atualizados para garantir a regularização do Sistema Cantareira e a qualidade das águas nas Bacias PCJ. O Sr.

660 Eduardo finalizou destacando que a rede operada nas Bacias PCJ trabalha com a premissa de divulgação imediata dos dados, com séries temporais amplamente disponíveis, ainda que os dados de qualidade exijam um tratamento diferenciado. Encerradas as apresentações e

665 manifestações, e não havendo mais inscrições, foi submetida à votação a minuta de Deliberação que indica o empreendimento como demanda induzida para financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista – exercício 2025, sendo esta aprovada por unanimidade,

670 para encaminhamento aos Plenários dos Comitês PCJ. **8. Reti-ratificação da Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23, reti-ratificada em 30/08/2024.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e

675 Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou que o presente item de pauta visa aumentar o valor máximo de repasse para obras. Na sequência o Sr. Denis, solicitou o apoio do Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ. O Sr.

680 Sergio agradeceu ao Sr. Denis e relembrou que, conforme mencionado em pautas anteriores, o montante atualmente disponível para investimentos é da ordem de R\$ 80 milhões. Destacou que, considerando os projetos já aprovados e aqueles em fase de análise pela Coordenação

685 de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, o valor total comprometido até o momento, para o exercício de 2025, é de aproximadamente R\$ 11 milhões. Diante disso, expressou a preocupação da Fundação Agência das Bacias PCJ com a possibilidade de parte dos recursos

690 permanecerem sem destinação, tanto no âmbito de contratos com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) quanto com a Cobrança Federal, devido à complexidade e aos trâmites burocráticos envolvidos. Como medida para ampliar a captação e a

695 aplicação dos recursos, foi proposta a elevação do valor máximo por projeto de obras para R\$ 20 milhões, alinhando-se ao limite já permitido para financiamentos reembolsáveis. Reforçou que projetos com valores inferiores a esse limite continuam aptos a se inscrever

700 normalmente. O Sr. Sergio lembrou que, conforme já apresentado em reuniões anteriores pelo Sr. Diogo Pedrozo, Coordenador de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, é fundamental que projetos consistentes sejam indicados até maio de 2025, pois após esse prazo,

705 as chances de aprovação, ainda no ano de 2025, diminuem significativamente. Saliou ainda que, enquanto o projeto não for oficialmente indicado ao FEHIDRO, as informações podem ser ajustadas livremente no sistema. No entanto, após a indicação e avaliação do agente

710 técnico, será permitida apenas uma correção com base nos apontamentos realizados. Reforçou que os municípios

prioritários e aptos à captação devem buscar a Fundação Agência das Bacias PCJ para esclarecimentos, a fim de viabilizar a submissão de seus projetos. Ressaltou também

715 que, apesar do novo teto de R\$ 20 milhões, continuam válidas as porcentagens de contrapartida por parte dos municípios. Na sequência, o Sr. Sergio passou a palavra ao Sr. Diogo Pedrozo, que esclareceu os critérios de contrapartida. Explicou que, conforme o Manual de

720 Procedimentos Operacionais do FEHIDRO, os percentuais mínimos de contrapartida são definidos da seguinte forma: 2% para municípios com até 50 mil habitantes; 5% para municípios entre 50 mil e 200 mil habitantes; e 10% para aqueles com população superior a

725 200 mil habitantes. Ilustrou com um exemplo: em um empreendimento no valor de R\$ 30 milhões, até R\$ 20 milhões podem ser solicitados aos Comitês PCJ, sendo o valor restante de responsabilidade do proponente, a título de contrapartida. Destacou que esses percentuais são

730 mínimos e podem ser superados conforme a capacidade do tomador. O Sr. Diogo enfatizou que essa medida amplia a possibilidade de execução de empreendimentos de maior porte, com impacto positivo direto no cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Bacias.

735 O Sr. Denis agradeceu as exposições dos Srs. Sergio e Diogo, e abriu espaço para manifestações dos membros. Não havendo inscrições, submeteu à votação a minuta de Deliberação que reti-ratifica a Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23, já retificada em 30/08/2024, a qual foi

740 aprovada por unanimidade, sendo encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ. **9. Relatório Anual de Atividades dos Comitês PCJ – exercício 2024, elaborado em atendimento a meta do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, celebrado entre Agência das**

745 **Bacias PCJ e Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou

750 que o presente item da pauta refere-se à apreciação do Relatório Anual de Atividades (RAA) de 2024, elaborado com base no Plano Anual de Atividades (PAA) de 2023. Para complementação das informações, o Sr. Denis solicitou o apoio da Sra. Raquel Quirino, Analista Técnica

755 da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ. A Sra. Raquel esclareceu que o RAA – exercício 2024 – é uma exigência do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, firmado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a

760 Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), atualmente em vigor. Destacou que a apresentação do Relatório compõe o Indicador nº 1 do referido contrato e é estruturada a partir das atividades previstas no PAA 2024, aprovado por meio da Deliberação dos Comitês PCJ

765 nº 464/23, de 07/12/2023. No plano, estavam previstas 79 reuniões ao longo do ano, sendo realizadas 80 reuniões. Considerando que o critério para pontuação máxima do indicador estabelece um intervalo aceitável de variação entre -10% e +10% das atividades previstas, o resultado

770 alcançado foi de 101%, garantindo assim a pontuação

## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 96ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/03/2025 – 9:00 horas

máxima. A Sra. Raquel lembrou que os dados apresentados foram previamente validados pelo Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão, e, após aprovação pela Câmara Técnica de Planejamento, serão encaminhados ao Plenário. Após deliberação, o RAA será publicado no site oficial dos Comitês PCJ e integrará o relatório anual do Contrato de Gestão. Na sequência, o Sr. Denis agradeceu a apresentação da Sra. Raquel e abriu espaço para manifestações dos membros. Não havendo manifestações, foi submetida à votação a minuta de Deliberação que aprova o Relatório Anual de Atividades (RAA) dos Comitês PCJ – exercício 2024, elaborado em atendimento à meta do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, celebrado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a ANA. A proposta foi aprovada por unanimidade e será encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ. **10. Plano de Trabalho Anual (PTA) – exercício 2025 e o Relatório Anual de Atividades (RAA) – exercício 2024 do CBH-PCJ, em atendimento ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o presente item da pauta trata da apreciação do Plano de Trabalho Anual (PTA) – exercício 2025 e do Relatório Anual de Atividades (RAA) – exercício 2024 do CBH-PCJ, ambos elaborados em atendimento ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), coordenado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Na sequência, o Sr. Denis convidou o Sr. Daniel Ramos, Analista Técnico da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos (CASGRH) da Fundação Agência das Bacias PCJ, para realizar uma breve apresentação sobre o tema. O Sr. Daniel esclareceu que o PTA contempla as ações previstas para 2025, enquanto o RAA apresenta a prestação de contas referente às atividades realizadas em 2024, conforme exigido pelo PROCOMITÊS. Destacou que o programa, instituído pela ANA, tem como objetivo fortalecer os comitês de bacias hidrográficas no país por meio do acompanhamento de metas e indicadores de desempenho, incentivando boas práticas de governança dos recursos hídricos. O PTA foi elaborado com base nas diretrizes do programa e inclui ações como a atualização do site dos Comitês PCJ, o aprimoramento da base de dados dos membros, a revisão de mecanismos da cobrança pelo uso da água, entre outras, conforme detalhado no Anexo I da minuta de deliberação. O Anexo II, por sua vez, reúne as ações executadas em 2024, incluindo a realização de seminários e workshops sobre a gestão das águas e o avanço no Plano de Capacitação. O Sr. Daniel ressaltou que, embora o PROCOMITÊS tenha grande importância, seu foco principal está nos comitês em estágios iniciais de desenvolvimento, ao passo que o CBH-PCJ já apresenta elevado grau de maturidade institucional e técnica. Em seguida, o Sr. Denis agradeceu a apresentação e abriu a

830 palavra para manifestações dos membros. A Sra. Patrícia Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, questionou a nomenclatura "RAA", uma vez que o mesmo acrônimo já havia sido utilizado para o item anterior, vinculado ao contrato de gestão com a ANA. A Sra. Raquel Quirino, Analista Técnica da CASGRH, esclareceu que essa nomenclatura já vem sendo adotada em deliberações anteriores e está em conformidade com a Resolução ANA nº 1.190, de 3 de outubro de 2016. Não havendo outras manifestações, foi submetida à votação a minuta de Deliberação que aprova o Plano de Trabalho Anual (PTA) – exercício 2025 e o Relatório Anual de Atividades (RAA) – exercício 2024 do CBH-PCJ, em atendimento ao PROCOMITÊS. A proposta foi aprovada por unanimidade e será encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ. **11. Relatório sobre a execução das ações previstas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) 2021-2025 – exercício 2024.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ Federal, informou que o item em pauta trata da execução financeira das ações do Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ 2021-2025 (PAP-PCJ), com recursos provenientes da Cobrança Federal, no exercício de 2024. Para detalhar o tema, o Sr. Denis convidou a Sra. Laice Correia, Analista Técnica da Coordenação de Sistemas de Informações da Fundação Agência das Bacias PCJ, que iniciou sua apresentação agradecendo a oportunidade e relembrando conceitos importantes utilizados na revisão do PAP-PCJ 2021-2025. Esclareceu que o termo “autorizado no Plano de Execução Orçamentária Anual (POA)” corresponde ao montante de recursos disponíveis para compromissos. A execução refere-se aos valores empenhados e desembolsados. Os “empenhos” representam os recursos comprometidos por meio de contratações efetivadas, enquanto os “desembolsos” somam os valores efetivamente pagos, podendo ser classificados como “Ano POA” (pagamentos relativos ao exercício) e “Ano Calendário” (pagamentos realizados no ano, independentemente do exercício do empenho). A primeira versão do POA 2024 foi aprovada em fevereiro daquele ano, com um valor autorizado de R\$ 61 milhões. Após ajustes e levantamento de saldos, o valor de referência para a execução passou a ser de R\$ 57 milhões. Deste total, R\$ 49 milhões foram empenhados (85%) e R\$ 34 milhões efetivamente desembolsados até o momento. No contexto do quinquênio 2021-2025, dos R\$ 161 milhões previstos, R\$ 109 milhões foram empenhados e R\$ 89 milhões desembolsados, representando 67% do total planejado. A Sra. Laice destacou a implantação de um projeto-piloto denominado PAP Desembolso “Ano Calendário”, que visa ampliar a transparência no acompanhamento dos desembolsos, conforme recomendação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. O modelo foi construído com base em dados históricos de execução contratual e, ao considerar todos os desembolsos realizados no exercício de 2024 (janeiro a dezembro), o montante atingiu R\$ 44 milhões. Como desafios para o próximo período, foi

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 96ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 07/03/2025 – 9:00 horas

mencionada a necessidade de realocação de saldos  
890 visando maior dinamismo na elaboração do PAP-PCJ  
2026-2030. Com base nas informações apuradas,  
elaborou-se proposta de atualização do PAP-PCJ 2021-  
2025, fundamentada na Deliberação dos Comitês PCJ nº  
417/22, que permite o remanejamento de saldos não  
895 utilizados, desde que aprovados nas instâncias  
competentes dos Comitês. Segundo essa norma,  
remanejamentos de até 10% devem ser analisados pela  
Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB); de 10% a  
25%, pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL); e  
900 acima de 25%, pelo Plenário dos Comitês PCJ. As  
análises contemplaram ações de investimento das  
finalidades 1, 2 e 3 do PAP. Em novembro de 2024, o  
montante disponível era de aproximadamente R\$ 57,6  
milhões, com R\$ 49,3 milhões comprometidos, resultando  
905 em um saldo de R\$ 7,5 milhões. Levantamentos  
adicionais dos anos de 2021 a 2023 identificaram saldo  
efetivo de R\$ 8,6 milhões. Informou-se também que há  
cerca de R\$ 800 mil alocados na finalidade 4 (custeio  
administrativo), valor não passível de remanejamento, que  
910 será reservado para uso em 2025 e, caso não utilizado,  
incorporado ao PAP 2026-2030. Considerando o saldo  
efetivo de 2024, que representa 5,4% do total do PAP,  
coube à CT-PB sua análise e aprovação. A Sra. Laice  
apresentou um resumo das quatro finalidades, com os  
915 respectivos valores previstos e ajustados, ressaltando que,  
por não haver remanejamento na finalidade 4, seus valores  
permanecem inalterados, sendo destinados à manutenção  
do comitê de bacia e da entidade delegatária. Encerrando  
a apresentação, foi informado que o valor total previsto  
920 para o quinquênio 2021-2025 é de R\$ 161 milhões, com  
crescimento superior a 50% no volume empenhado em  
relação ao ano anterior. Em 2024, foram empenhados  
cerca de 85% e desembolsados aproximadamente 70%  
dos recursos disponíveis. O Sr. Denis agradeceu a  
925 exposição da Sra. Laice e abriu a palavra aos membros  
presentes. Não havendo manifestações, foi submetido à  
votação o Relatório sobre a execução das ações previstas  
no Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) 2021-2025  
– exercício 2024, aprovado por unanimidade. **12. Outros**  
930 **assuntos.** Por não existir outros assuntos, o Sr. Denis deu  
continuidade na pauta passando para a realização dos  
Informes. **13. Informes. 13.1. da Secretaria Executiva.**  
O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria  
de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e  
935 Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ Federal,  
informou os seguintes assuntos de interesse: **a)** O Portal  
de Capacitação da Agência Nacional de Águas e  
Saneamento Básico (ANA) está com inscrições abertas  
para diversos cursos gratuitos, de curta duração, na área  
940 de gestão de recursos hídricos e temas correlatos. Os  
cursos oferecem certificação e podem ser acessados pelo  
link: <https://capacitacao.ana.gov.br/cursos>; **b)** O Processo  
Eleitoral dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ Federal) para  
o biênio 2025-2027 encontra-se em sua fase final. Desde  
945 junho de 2024, o processo tem sido conduzido conforme  
a Deliberação dos Comitês PCJ nº 482/2024, assegurando  
a representatividade dos diferentes segmentos na gestão

dos recursos hídricos das Bacias PCJ. A apuração dos  
votos e homologação dos resultados para os segmentos de  
950 Organizações Cívicas e Usuários de Recursos Hídricos  
ocorreram nos dias 18 e 21 de fevereiro, respectivamente.  
A posse dos novos membros está prevista para 28 de  
março de 2025, durante reunião plenária; **c)** A Secretaria  
Executiva participou da 96ª Plenária do Consórcio PCJ.  
955 Na ocasião, foi registrada a adesão da Companhia de  
Saneamento de Jundiáí, o retorno da Prefeitura de Sumaré  
ao Consórcio e a posse do Sr. Rafael Piovezan, prefeito de  
Santa Bárbara d'Oeste, como novo presidente da entidade.  
A reunião contou com a presença de diversas autoridades,  
960 incluindo o Secretário de Governo do Estado de São  
Paulo, Sr. Gilberto Kassab; **d)** No dia 25 de fevereiro de  
2025, foi realizada, no município de Jundiáí/SP, a 32ª  
Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, ocasião em que  
foi aprovada a deliberação que define os novos valores e  
965 mecanismos das Cobranças PCJ. A deliberação foi  
encaminhada aos Conselhos Nacional e Estadual Paulista  
de Recursos Hídricos para continuidade da tramitação nas  
respectivas instâncias; **e)** Avançam os estudos do Sistema  
Adutor Regional (SAR), que visa à distribuição de água  
970 das barragens de Pedreira e Duas Pontes para 27  
municípios das Bacias PCJ. A empresa COBRAPE  
Engenharia apresentou os novos traçados e estimativas de  
custos. O Grupo de Trabalho SAR-PCJ está analisando a  
viabilidade de implantação do projeto, com foco na  
975 sustentabilidade e segurança hídrica da região; **f)** Por fim,  
o Sr. Denis informou que a 33ª Reunião Ordinária dos  
Comitês PCJ será realizada no dia 28 de março de 2025,  
às 09h30, nas dependências da Fundação Municipal de  
Ensino de Piracicaba (FUMEP). **13.2 da Fundação**  
980 **Agência das Bacias PCJ.** Na sequência, o Sr. Denis  
Herisson da Silva passou a palavra ao Sr. Sergio Razera,  
Diretor-Presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ,  
que cumprimentou os presentes e trouxe os seguintes  
informes: **a)** Atendendo a solicitação do Prefeito de  
985 Sumaré, foi realizada visita ao município para tratar do  
retorno da cidade ao planejamento e à gestão de recursos  
hídricos. Na ocasião, foram apresentadas oportunidades  
de investimento, como o desenvolvimento do Plano  
Municipal de Drenagem e ações voltadas à proteção de  
990 mananciais, reforçando o fortalecimento de parcerias e da  
gestão hídrica local. A visita foi recepcionada por assessor  
da Secretaria de Governo; **b)** A Fundação Agência das  
Bacias PCJ recebeu o Secretário de Agricultura e Meio  
Ambiente de Piracicaba, acompanhado por parte de sua  
995 equipe. A comitiva foi recebida pelo Diretor-Presidente da  
Agência e Secretário-Executivo dos Comitês PCJ.  
Durante o encontro, foram discutidas novas parcerias com  
a Prefeitura de Piracicaba, com foco no fortalecimento das  
ações de proteção aos mananciais no município. Em  
1000 seguida, o Sr. Sergio repassou a palavra ao Sr. Ivens de  
Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da  
Fundação Agência das Bacias PCJ, que deu continuidade  
aos informes: **c)** Em 2024, a Fundação Agência das Bacias  
PCJ investiu R\$ 43,5 milhões em empreendimentos  
1005 financiados com recursos da Cobrança PCJ Federal,  
totalizando quase R\$ 51 milhões com a inclusão das

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



## CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

### Ata da 96ª Reunião Ordinária da CT-PL

#### Reunião por videoconferência – 07/03/2025 – 9:00 horas

contrapartidas dos tomadores. Para o exercício de 2025, a previsão é de aproximadamente R\$ 30 milhões em investimentos, com o objetivo de fortalecer a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ e ampliar a segurança hídrica da região; **d)** A Fundação iniciou o processo de prestação de contas do Programa de Trabalho (Anexo II) do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, referente ao exercício de 2024. O Relatório Anual de Resultados foi elaborado e validado pelo Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG-PCJ) em reunião realizada no dia 28 de fevereiro de 2024. O envio à ANA está previsto até 10 de março de 2025. Na sequência, o Sr. Ivens passou a palavra à Sra. Patrícia Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, que prosseguiu com os informes: **e)** A Fundação contratou um estudo hidrogeológico para promover a gestão sustentável das águas subterrâneas nos municípios de Americana e Nova

Odessa (SP). A reunião de abertura do projeto ocorreu no dia 24 de janeiro de 2025, e os trabalhos foram iniciados em fevereiro, com duração prevista de 18 meses. O investimento é superior a R\$ 685,5 mil, provenientes da Cobrança PCJ Federal, e o projeto será acompanhado pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) dos Comitês PCJ; **f)** Foram iniciadas visitas técnicas aos municípios das Bacias PCJ com o objetivo de divulgar as metas do Plano de Bacias, apresentar os editais vigentes (com foco em saneamento e proteção de mananciais), esclarecer dúvidas sobre as ações financiáveis, regras e prazos, além de identificar as dificuldades, limitações e necessidades locais. A ação tem como foco principal o apoio à transição administrativa decorrente das últimas eleições municipais. **14. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Denis Herisson da Silva agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a reunião.

#### DENIS HERISSON DA SILVA

Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL  
e Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)